



Psicología, Conocimiento y Sociedad
ISSN: 1688-7026
revista@psico.edu.uy
Universidad de la República
Uruguay

Tsallis, Alexandra Cleopatre; Almeida, Beatriz Prata; Melo, Rafaelle Cristine Diogo; Bredariol, Tereza de Magalhães
Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede
Psicología, Conocimiento y Sociedad, vol. 10, núm. 1, 2020, Junho, pp. 184-204
Universidad de la República
Uruguay

DOI: <https://doi.org/10.26864/PCS.v10.n1.9>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475863215011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede

From anonymity to name policy: field research with actor-network theory

Del anonimato a la política de nombres: investigación de campo con la teoría del actor-red

Alexandra Cleopatre Tsallis

ORCID ID: 0000-0002-1221-137X

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Beatriz Prata Almeida

ORCID ID: 0000-0003-4820-6473

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Rafaelle Cristine Diogo Melo

ORCID ID: 0000-0002-0305-960

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Tereza de Magalhães Bredariol

ORCID ID: 0000-0002-0899-034X

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Autor referente: atsallis@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 28/02/2019

Aceptado: 21/01/20

RESUMO

Atualmente muito se discute sobre qualidade de participação em pesquisas científicas. Tendo como orientação metodológica a teoria ator-rede (TAR), pretende-se neste artigo compartilhar experiências de pesquisa, em uma escola Waldorf e em um

centro de pessoas com deficiência visual, nas quais se tornou possível acompanhar os atores em suas singularidades buscando alternativas criativas àquela da lógica do anonimato. A estratégia de criação de uma política de nomes visa ressaltar

que o próprio processo do pesquisar é efeito coletivo, que atua tanto sobre o fazer do trabalho de campo quanto

sobre o texto produzido.

Palavras-chave: Teoria ator-rede; anonimato; pedagogia Waldorf; dispositivo clínico

ABSTRACT

Much is currently being discussed about the quality of participation in scientific research. Having as methodological orientation the actor-network theory (ANT), this article intends to share research experiences, in a Waldorf school and in a center of people with visual impairment, in which it became possible to accompany the

actors in their singularities seeking creative alternatives to that of the logic of anonymity. The strategy of creating a name policy aims to emphasize that the research process itself is a collective effect that occurs even in field work in action thou in the text.

Keywords: Actor-network theory; anonymous; Waldorf pedagogy; clinical device

RESUMEN

Actualmente, se discute mucho sobre la calidad de la participación en la investigación científica. Teniendo como orientación metodológica la teoría del actor-red (TAR), este artículo pretende compartir experiencias de investigación, en una escuela Waldorf y en un centro para personas con discapacidad visual, en el que fue

possible acompañar a los actores en sus singularidades en busca de alternativas creativas a la lógica del anonimato. La estrategia de crear una política de nombres apunta a enfatizar que el proceso de investigación en sí es un efecto colectivo, que actúa tanto en el trabajo de campo como en el texto producido.

Palabras clave: Teoría del actor-red; anonimato; pedagogía Waldorf; dispositivo clínico

O presente artigo se propõe a discutir as políticas de nome em sua relação com pesquisas orientadas teórico-metodologicamente pela Teoria Ator-rede (TAR).

Visto que é costume naturalizar o anonimato na pesquisa, neste trabalho buscamos explicitar caminhos alternativos que se comprometam metodologicamente com o próprio processo de pesquisar. Como fabricar uma política de nomes que se comprometa metodologicamente com o campo pesquisado? Como fazer com que as

intensidades vividas no campo possam chegar ao texto de pesquisa? A aposta que nós, mulheres pesquisadoras, fizemos foi por uma política de nomes que tanto nos mostre, quanto nos comprometa eticamente com o que aprendemos no campo. Escolhemos formas de nomear os atores humanos que não rompam com a política do anonimato – embora em algum momento vislumbramos que isso pode chegar a ser pactuado no campo – mas que sejam incitadas a explicitar as singularidades produtoras da própria pesquisa.

O Sistema CEP/CONEP, integrado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, do Ministério da Saúde - MS e pelos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP, analisa e autoriza pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, tornando-se corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Segundo a resolução n.º 466 (Conselho Nacional de Saúde, 2012) (posteriormente revogada pela resolução n.º 510 del Conselho Nacional de Saúde, 2016), que define diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, garante a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as suas fases, visto que toda investigação de caráter científico deve prever e evitar eventuais danos às pessoas envolvidas.

Contudo, é igualmente importante considerar as especificidades de cada pesquisa, de modo que os instrumentos de regulação e avaliação sejam adequados à sua abordagem, não deixando margem para que uma forma de pesquisar se sobreponha a outras. Nesse sentido, a resolução n.º 510, de 2016, embora guarde ainda algumas controvérsias, em certa medida acolheu demandas oriundas das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, trazendo com mais precisão as definições regulatórias aos envolvidos no processo, de modo que os avaliadores dos comitês de ética também se apropriem de outros referenciais. Conquista essa que ainda segue em fase de implementação, a cada nova submissão de pesquisa na Plataforma Brasil, exigindo posicionamentos e negociações amparadas pela última resolução.

Nas pesquisas que serão tomadas neste artigo como campo, na interface da psicologia social com a educação e com a clínica, os preceitos regulatórios nos colocaram questões éticas ligadas ao anonimato, como forma de cumprir o compromisso com a confidencialidade assumido no termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE. Sendo as pesquisas finalizadas em 2015, a obrigatoriedade do sigilo exigido no TCLE solicitou giros metodológicos para cuidar de seus efeitos de anonimato, propondo uma política de nomes. Agora, nos coloca a pensar a política de nomes como estratégia para tornar mais interessante a construção do sigilo, quando ele se apresenta como relação ética na pesquisa.

O que nos interessa é fazer variar os efeitos produzidos pelo anonimato na medida em que estabelecemos, no transcorrer do trabalho de campo, outros modos de lidar com os nomes. Isto é, na política de nomes que é escolhida para preservar os participantes, conforme preconiza o comitê de ética em pesquisa, esses modos distintos buscam explicitar tanto singularidades quanto a forma como os atores se articulam no campo, sendo trabalhada como uma das maneiras de produzir conhecimento.

Partindo de problematizações propostas pelo Campo de Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade, alertadas pela pesquisadora e psicóloga Vinciane Despret em sua *Leitura etnopsicológica do segredo* (2011), pretendemos problematizar os efeitos que uma política de pesquisa baseada no anonimato e no segredo pode suscitar nas práticas de pesquisa. Despret (2011) abre uma discussão que qualifica o anonimato em uma relação de pesquisa como “efeito sem nome”, ampliando para as repercussões do segredo na clínica. Estaríamos falando, portanto, de uma distribuição equivocada de poder na qual a posição de participante não é de alguém. Passando a palavra a autora:

A princípio, não podemos ignorar, essa prática do anonimato não é exclusiva das práticas de cuidado. Nós a encontramos, por exemplo, nas investigações

da psicologia e da sociologia. E o mesmo motivo pode ser oposto a todo questionamento desse uso: trata-se de proteger as pessoas que interrogamos. Garantimos de uma só vez uma certa “verdade” do discurso, uma certa autenticidade do testemunho: as pessoas poderiam talvez temer as consequências daquilo que elas poderiam dizer e, então, esconder coisas ao investigador, inclusive lhe mentir, em função dessas consequências. O velho sonho positivista de uma verdade não parasitada pelas condições da pesquisa e o imperativo da deontologia se reforçam aqui mutuamente, a ponto de desviar a atenção das questões que estão subentendidas ou que acompanham as escolhas das práticas. Pois o “manter à distância os profanos” que constitui uma das questões da ética da confidencialidade nas práticas de cuidado me parece igualmente em ação aqui. Mas essa necessidade não atua tanto em direção ao exterior; ela se trama, sobretudo, ao interior da relação entre o pesquisador e o pesquisado. Para dizer simplesmente: a prática do anonimato distribui as expertises e constrói, induz ou efetua a assimetria de papéis.

(Despret, 2011, p.17).

Ela nos convida a buscar soluções concretas, acionar as pessoas lá onde elas têm talentos. Pensamos, com Vinciane Despret (1999, 2011), que a formulação de uma política de nomes para a pesquisa recoloca os participantes, trazendo-os para o lugar de interrogadores assim como nós. Isto é o que ela chama de redistribuição da expertise, ter com os participantes uma relação na qual estes são experts em suas experiências. Quando os nomes deixam transbordar esta capacidade que o outro enquanto sujeito tem de compor um mundo conosco, os participantes compõem a pesquisa não pela condição de “qualquer um”, mas por suas intensidades e é a partir delas que podemos produzir interesse. Se o anonimato pode produzir um “não lugar”, repensar a política de nomes é fazer COM o campo outros lugares em nossa

metodologia, como nos convida a psicóloga e pesquisadora da TAR Marcia Moraes (2014). Desta forma, praticar a pesquisa é criar interesses e redistribuir expertises. Enfrentamos esse desafio propondo uma política alternativa de nomes que precisa ser partilhada e que busque explicitar as condições de feitura da própria pesquisa. Partir do princípio de que o anonimato é uma condição para a participação de humanos coloca em ação uma posição pré-determinada dos atores em campo. Nesse sentido, o que se entende por fazer ciência pode colocar os participantes em posição pouco interessante e, por consequência, pouco interessada no que se produz. Esta naturalização do anonimato em relação aos participantes atualiza uma relação política na qual se supõe que a produção de conhecimento não é localizada, datada e produzida por determinadas condições as quais podemos acompanhar. O anonimato assim posto produz um efeito que se pretende universal, ele generaliza a participação, distanciando-a do conhecimento que ela proporciona.

Um segundo efeito que podemos notar em relação à tendência do anonimato nas pesquisas científicas é sua aproximação com modos de pesquisar que estabelecem uma relação desimplicada e desengajada com os participantes da pesquisa quanto à produção de fatos científicos, os quais ficam de responsabilidade do pesquisador responsável pelo desenvolvimento do estudo. O anonimato como ponto de partida propõe uma posição demasiada demarcada aos atores e atrizes. Quando propomos de antemão o anonimato, um dos efeitos que podemos produzir é que eles e elas não sintam que suas singularidades devem aparecer, pelo contrário, tudo que possa identificá-los (as) deve sumir. Como consequência disso, temos que o próprio lugar que ocupam na pesquisa se reduz.

A aposta metodológica da teoria ator-rede e sua noção de antropologia simétrica generalizada coloca para a pesquisa científica e sua relação com os atores humanos uma outra atitude. Pensando com Bruno Latour (2015), sociólogo da ciência e um dos principais autores da teoria ator-rede, a simetria expressa no termo *faz-fazer* considera

uma relação na qual os envolvidos ao mesmo tempo agem e são levados a agir. Se humanos e não-humanos importam em sua existência, em suas diferentes capacidades de compor realidades, é preciso pensar a política de nomes no sentido de fazer aparecer tal heterogeneidade. Trazer as cores e o glossário poético do poeta Manoel de Barros para operar na pesquisa, como trabalharemos a seguir, é também uma forma de afirmar essa heterogeneidade, acompanhando como a identificação dos humanos se articula a significados simbólicos envolvendo não-humanos.

Cores e Nomes

Traremos uma experiência de campo na qual a política de nomes atuou metodologicamente na pesquisa, compondo um dispositivo que permitiu trabalhar com as intensidades presentes. O trabalho de campo aconteceu, em 2014, no Rio de Janeiro, em uma pesquisa de mestrado acerca do cotidiano escolar na educação infantil do Jardim-escola Michaelis, uma escola associativa que existe desde 1993 e é referência da pedagogia Waldorf na cidade. Este estudo teve como objetivo geral acompanhar as atividades cotidianas que se *faziam-fazer* no jardim de infância em questão, buscando perceber os vínculos que se estabeleciam entre pares, objetos, professores, ambiente, crianças, valores, familiares e pesquisadora, enredados na produção de versões da pedagogia Waldorf.

A intenção de compartilhar aqui um pouco da pesquisa e seus diários de campo foi de explicitar como a metodologia permitiu distribuir as expertises, deixando o campo propor pela via das afetações presentes no encontro entre pesquisadora-participante e atores humanos e não-humanos. Uma política de nomes emergiu quando nos dispusemos a acompanhar as pistas deixadas pelo campo, articulando-se metodologicamente, no modo de pesquisar COM, como nos propõe Marcia Moraes (2014), mantendo o compromisso assumido com o sigilo de forma interessante e interessada.

Seguimos com um trecho do diário de campo (Bredariol, 2015), acompanhando as articulações da política de nomes no dispositivo de pesquisa TeAR, o qual contaremos melhor em seguida como ele se fez-fazer com as proposições do campo, como foi-se tecendo, em cores, fios e texturas, a trama dos limites e recalcitrâncias:

No turno da tarde, fui recebida pela professora Azul. Estava um pouco desconcertada, sem saber bem onde me colocar naquele primeiro dia nessa turma. Ela me acolheu. Como estávamos na Páscoa e uma das imagens que costuma viver num Jardim de Infância nessa época é a transformação da lagarta em borboleta, decidi retomar a feltragem das borboletas. Enquanto alisava as lás coloridas, sobrepondo-as em camadas, ouvia e observava o movimento do grupo. Bergamota, uma alaranjada cítrica, chegara junto comigo e tentava integrar-se à brincadeira. Aproximou-se da Mostarda, uma amarela terrosa, que brincava com a Púrpura, uma arroxeadas profunda e vibrante. As crianças narravam a brincadeira, sugerindo e negociando entre elas, num exercício de inventar coletivamente. Algumas vezes a liderança era mais aberta à participação, outras nem tanto.

Neste dia, Púrpura e Mostarda se movimentavam em torno de um cavalete com cadeiras ao lado de um colchão que, pelo modo como brincavam, pareciam compor uma casa. Bergamota aproximou algumas cadeiras e sentou-se em uma delas, propondo entrar na brincadeira: “Aí, eu era entregadora de colchão.” Ao que Púrpura respondeu: “Não, na brincadeira não tinha isso.” Bergamota juntou vários objetos na cadeira atrás dela, como se fosse o banco de trás de um carro e tentou novamente: “Então, eu era entregadora de coisas.” Ao que Púrpura retrucou: “Não, na brincadeira não tinha nada disso, só tinha humanos!” Bergamota levantou as sobrancelhas um pouco surpresa, mas continuou negociando: “Então, eu estava de carro.” Mas, Púrpura seguia recalcitrando e afirmando sua liderança: “Não, a gente tinha um ônibus.”

Bergamota, arriscou: “Então, era um ônibus.” Mostarda começou a mover cadeiras e Púrpura falou: “Ela já está fazendo o nosso ônibus.” Bergamota modificou a arrumação do carro, incluindo as cadeiras de Mostarda e sentou-se ao seu lado. Pegando uma peneira de palha com as duas mãos, disse: “Aí, eu ia dirigindo o ônibus.” Púrpura, que estava arrumando a cabana, falou: “Não tinha motorista.” Depois sentou-se numa das cadeiras do ônibus e olhou pra mim.

Nos encontramos por um instante. Confesso que a essa altura eu já estava incomodada com tanto ‘não’ e internamente tomava partido de Bergamota na negociação. Os limites colocados à participação de Bergamota na brincadeira por Púrpura me afetavam, de modo que eu precisei tensionar o primeiro fio de incerteza da urdidura para transformar aquele posicionamento. Ele me lembra de não tentar resolver as controvérsias, mas rastrear conexões entre elas.

Púrpura veio ver o que eu estava fazendo, viu a borboleta que estava pronta e pediu para brincar com ela. Combinei que a borboleta podia brincar um pouquinho, mas depois ela precisava voltar. Púrpura pegou delicadamente a borboleta e ficou acariciando-a. A delicadeza da borboleta solicitava a suavidade de Púrpura. Jade, uma verde acolhedora, chegou e Púrpura logo a convidou para brincar. Jade veio me pedir uma borboleta e eu disse que ainda não nascera outra, mas que Púrpura poderia emprestar a borboleta um pouco para ela. Ela o fez. A borboleta entrou na brincadeira. A relação de Púrpura com Jade e a borboleta atuavam em mim, vinculando-me a elas. Mas, a maneira como a borboleta entrou na brincadeira, com a qualidade daquilo que é emprestado, parecia estar movida por uma vontade de intervir naquela dinâmica que me incomodara. A borboleta emprestada mantinha o vínculo

comigo. Mas, lá estava eu desejando ‘resolver’ algo e não apenas acompanhar os processos.

Mostarda veio me pedir: “Faz uma borboleta pra mim?” Não era tão rápido fazer borboletas e se eu dissesse que sim, seria justo fazer para todos. Na afetação da dona da brincadeira, respondi: “As borboletas não têm dono. Elas gostam de voar.” Ela perguntou: “Quando ela ficar pronta, você deixa eu brincar um pouco com ela?” “Deixo.” Mostarda anunciou animada: “Ela vai fazer uma borboleta pra mim!” E seguiu implicando com Bergamota: “Você não te-em...” Lá estava eu enredada, solicitada a negociar também, ainda tomando partido: “Não foi isso que eu disse, Mostarda. Combinei de te emprestar um pouquinho, né?” Mostarda então corrigiu: “É, ela vai me emprestar.” Depois perguntou: “É da sala?” De quem seriam as borboletas que eu fazia? Quem podia decidir isso naquele momento era eu, mas preferi deixar em suspenso: “Não sei, vamos ver se elas vão querer ficar por aqui.”

Transferi a decisão para as borboletas, que eram livres, não tinham dono. Responder essa pergunta com ‘sim ou não’ seria como assumir o lugar que me incomodara, quando Púrpura decidia a brincadeira. Em algum momento faria um mólide para a sala com as borboletas, mas como queria vivenciar com elas o processo de transformação da lagarta em borboleta, elas não poderiam chegar tão rápido. Preferi manter em suspense. Eu ainda era uma lagarta pesquisadora. (...)

As crianças me fizeram experimentar a liderança no nascimento das borboletas, o poder de decidir. Não era um lugar confortável de habitar, pois trazia uma certa autoridade à tona. Seria autora das borboletas? De certo modo, na medida que estava trazendo-as para o campo como uma proposição. Mas, se a proposta era de pesquisar COM, o retorno do campo poderia transformá-la, criando comigo. A escolha por emprestá-las produziu seus

efeitos, fazendo-as transitar. Aquilo que me incomodara agora estava me colocando à prova, anunciando possíveis embaraços na trama do limite e da recalcitrância, já que minha afetação com a autoridade atuava naquela proposição. Emprestar as borboletas mantinha meu vínculo com o outro e fazia-fazer aproximações entre as crianças. O exemplo das borboletas era de movimento e liberdade. O fio rugoso da fraternidade estava presente, incluindo-me no exercício de liderar, de escolher e de compartilhar, colocando limites. Ele se enlaçava com o fio luminoso da fantasia no brincar inventivo das crianças que se agregavam na mediação das borboletas livres. A escolha do adulto é entendida na pedagogia Waldorf como um exemplo importante para a criança e os limites ajudam-na a construir sua liberdade de fazer escolhas, de discernir. (pp.73-77)

Essa política de nomes não só trouxe as intensidades e a singularidade na cor dos participantes humanos e na textura das práticas, mas impulsionou um giro metodológico. Trazer a pista das cores e nomes como proposição do campo foi ativando aos poucos outros atores não-humanos como elementos de uma artesania. Foi a partir do campo que as cores se mostraram como forma de nominar os participantes humanos, quando foram trazidas em sua materialidade pela professora Verde em uma atividade, vinculadas à origem de seu nome, deixando como pista a cor como nome: cor das rosas, cor das laranjas... Ao acolher o fazer manual como forma de estar em campo e as cores como forma intensiva de nomear os humanos, foi possível fiar com as afetações do campo traduzidas como texturas. Como nesse trecho, nos deixando interrogar pelas proposições do campo que, ao se articular às borboletas, colocou em questão saberes prévios, com base em autoridade. Com os fios que o campo fiou conosco, nos articulamos à brincadeira, tecendo a trama dos limites e recalcitrâncias, produzindo conhecimento coletivamente.

A pesquisadora era mais uma pessoa adulta em atividade no ambiente, o que fazia sentido para as crianças. Era como se participasse do brincar das crianças estando presente com um brincar manual; não como um par entre as crianças, nem como mais uma professora atuando em sala, embora fosse reconhecida e apresentada como professora em visita à turma. Sabendo que na abordagem daquela escola não se explica abstratamente para as crianças, mas se conta com imagens poéticas, era um desafio apresentar-se como pesquisadora: “- Vim visitar, estava com saudades. Quero aprender com vocês. Posso?” Foi acolhida com sorrisos curiosos e gestos afirmativos de cabeça. A cada encontro, uma forma de perceber o assentimento das crianças. Como nativa, companheira de profissão, procurava uma aproximação tanto da professora, produzindo manualmente elementos que dialogassem com seu planejamento nas épocas do ano, quanto das crianças, com a presença interessada, deixando alguma contribuição para o ambiente e, consequentemente, para elas. Era uma forma que a familiaridade com o campo propusera a participação. Para a comunidade escolar, a proposta da pesquisa foi apresentada e formalizada com a autorização dos responsáveis, professoras e gestores, através dos termos de consentimento.

Ao fiar com as cores e texturas que produzíamos juntos, faltava entender como organizar os fios. Então, a pesquisa convocou a pesquisadora-tecelã, formada em Belas Artes e professora Waldorf. E a tecelagem emergiu como parceira na elaboração desta artesania, ajudando a tramar a escrita. No entrelace entre a TAR e a experiência no Jardim de Infância Waldorf, a tecelagem começou a atuar como um dispositivo, ao qual chamamos TeAR, mais um giro metodológico como decorrente dos anteriores. Convidando o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005) para fazer uma interlocução com o que estamos considerando como dispositivo de pesquisa: (...) “chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e

assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (p.13). Assim fomos compondo com o campo, direcionados pelo dispositivo que emergiu daquele encontro, nos mostrando algumas tramas que se faziam-fazer naquela experiência.

O dispositivo TeAR quer tecer junto, descrevendo a articulação de fios, cores, texturas, seguindo o princípio da simetria generalizada de Bruno Latour (2015), que dirige a mesma pergunta a todos os actantes que compõem os fios e tramas do tecido. As cores e outros *actantes* - para usar um termo que inclui a agência dos não-humanos - fiam e tecem a pesquisa, não pressupondo uma estabilidade, mas afirmado a singularidade do vivido localmente. Na afetação da experiência, os elementos heterogêneos atuavam na batida do pente do TeAR, fazendo-fazer diferentes tipos de trama como versões, variadas em cimento e temperatura. Ora mais aberta e ventilada, ora mais fechada e estruturada, ora mais maleável, ora mais quente, o tecido da pesquisa foi-se compondo como uma peça única, sem intenção de servir de modelo. Uma versão produzida naquele encontro, outros teceriam outra pesquisa, contariam outras histórias.

Para acompanhar a produção do trabalho de campo, uma tecelagem manual foi-se fazendo em atitude meditativa, ajudando a movimentar o processo de feitura da pesquisa no corpo. Na escrita, os diários de campo eram feitos em seguida, trazendo impressões e afetações do vivido. A análise de dados foi feita numa perspectiva qualitativa, no entrelace da tecitura - composta pelos diários de campo e outros interlocutores - com a urdidura como orientação metodológica da pesquisa. Na urdidura estavam os fios como as fontes de incerteza de Latour (2012) que permeavam todo o tecido, direcionando-o. Neste processo, a escolha dos trechos dos diários a serem incluídos foi sendo tecida como trama, mostrando como os fios se relacionavam nas versões daquela prática pedagógica com qualidades propositivas. O

tempo participou. Aos poucos fomos entendendo como compor com os acontecimentos, assim como descreve a etnóloga Jeanne Favret-Saada (2005):

As operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde. (p.160)

Em campo, a pesquisadora-tecelã fiava com as cores e texturas, enrolando-se nos fios como a navete, ferramenta que carrega os fios da tecitura na tecelagem. Depois, em seu laboratório-atelier, movida por afetações e envolta nos fios, tecia deixando que eles mostrassem como estavam vinculados, fazendo escolhas, incluindo a justificativa do que se deixou de fora, tomando posicionamentos que fazem da escrita uma ação política, naquilo que fazemos existir com a pesquisa, como sugere Vinciane Despret (1999) em sua epistemologia política.

Enfrentamos as questões universalizantes na medida em que na política de nomes buscamos não apenas resolver o problema da não identificação dos atores, pelo contrário, procuramos entender as singularidades de cada ator, bem como o modo como se vinculam entre si produzindo mundo. Em poucas palavras, é através da explicitação da singularidade que enfrentamos o efeito sem nome e sua produção de universalidade. Já o enfrentamento político é um desdobramento desse primeiro, uma vez que é a partir do entendimento da articulação singular dos atores humanos e não-humanos que podemos situar-nos politicamente no campo.

O que esta experiência indica é que a noção de uma participação marcada pela ideia de um sujeito anônimo, que pode ser secreto em suas interferências à própria trajetória da pesquisa, é insuficiente quando se trata de compartilhar os resultados das pesquisas científicas com pessoas. Algo desta relação simétrica entre pesquisadora e pesquisados pôde neste estudo ser traduzido por cores, nomes, fios e histórias que produzem conhecimento como tramas. A proposição do campo foi acolhida e, no

encontro com a pesquisadora nativa, organizou a pesquisa a partir das afetações presentes. Queremos ainda com esta pista, colocar o desafio de tornar a publicação das histórias do pesquisar mais intensas e menos produtoras de lugares e pessoas sem nome e sem cor.

As insignificâncias, a pedra e Manoel de Barros

Partindo também da noção de expertise e protagonismo do campo para pensar a política de nomes, a dissertação de mestrado intitulada *Ensaios de uma pesquisadora forjada com insignificâncias*, pesquisou dispositivos clínicos vinculados ao Instituto Benjamin Constant (IBC) - centro de referência nacional para a deficiência visual - mais precisamente à reabilitação voltada para adultos cegos ou com baixa visão. Os dispositivos consistiam em grupos de até oito participantes atendidos por uma equipe de quatro estagiários em psicologia, os encontros eram semanais e tinham duração de uma hora e meia. Neste campo emergiram as insignificâncias, pequenezas que sendo actantes performavam, ou seja, faziam existir mundos naqueles atendimentos que não existiriam sem a presença das mesmas. O poeta Manoel de Barros entendia bem sobre descobrir insignificâncias, em outros termos pode-se dizer que ele sabia acompanhar a performatividade delas. Foi através das proposições desse poeta que encontramos uma forma de dar expressividade a intensidade do que experimentamos no campo, como no trecho que segue:

Pedra

Indivíduo que tem nas ruínas prosperantes

de sua Boca avidez de raiz. Designa o

fim das águas e o restolho a que o

homem tende

Lugar de uma pessoa haver musgo

Palavra que certos poetas empregam para

dar concretude à solidão.

(Barros, 2013, p.169).

Essa poesia no original da pesquisa está em nota de rodapé, mas aqui segue como introdução do glossário poético.

Pedra está sentada como de costume nas últimas sessões em um ponto que tangencia de forma mais distanciada o círculo no qual estamos todos sentados, é também o ponto mais perto da porta e por onde todas as pessoas que chegam ou saem do dispositivo precisam passar. Pedra mantém os braços cruzados sobre o colo e um olhar perdido por detrás dos óculos de lente grandes que usa devido à sua baixa visão adquirida. O grupo segue conversando sobre as questões trazidas pelos participantes até que Pedra toma a palavra e fala do seu descontentamento com o a forma que as pessoas têm estado no grupo. "As pessoas não estão levando isso aqui a sério, faltam, chegam atrasadas... Tem que estar aqui quem quer de verdade, ninguém aqui é mais criança.", diz com a voz empostada e em altura elevada. Nesse momento a equipe de atendimento se entreolha tomada pela impetuosidade imprimida naquela colocação. Uma pessoa da equipe faz ponderações no sentido de trabalhar a questão trazida entendendo que nisso se apresenta um reconhecimento de cuidar do espaço que temos ali, ao que Pedra complementa ainda dotada de voz impositiva: "Esse trabalho me ajudou muito e eu vou lutar com unhas e dentes por ele." Não é a primeira vez que vemos Pedra se colocar desta maneira. Lembro, então, das trocas que havíamos feito em equipe e de que havíamos entendido isso como um estar apoderado do trabalho, visto que ela participa deste grupo há dois anos, e que o trabalho já estaria de certo modo encarnado. Questiono-me, porém, de que outras formas posso perceber esse empoderamento de Pedra no trabalho. Olho para ela e busco algo que nela possa me dizer daquela pertença, daquilo que sua voz clara e audível acabara de expressar. Nada nela me fala,

seu corpo parece fechado e nada muda à medida que o grupo continua. A pauta muda, mas o corpo de Pedra está quase imóvel, com os mesmos braços fortemente cruzados, com o mesmo olhar distante, com o rosto que por vezes chega a pender levemente como se fosse possível fechar-se ainda mais. Agora Pedra também não fala e me vejo sem recurso algum para acompanhá-la, mas fico com ela na sua imobilidade silenciosa. Até que outra participante falando intensamente de seu sofrimento chora... continua falando com voz embargada de forma que todos no dispositivo podem perceber seu choro mesmo não enxergando as lágrimas rolarem. Então, Pedra baixa a guarda de seus braços e abrindo sua grande bolsa tateia procurando algo... seu corpo rígido é destravado pela bolsa e todos os objetos que ela precisa tatear para encontrar o que procura. Agora estou acompanhando Pedra, seus movimentos, mas também sua bolsa que divide com ela aquela busca. E finalmente o objeto procurado se deixa encontrar... Pedra, esboçando um sorriso leve de satisfação, retira da grande bolsa uma caixa de lenços de papel, caixa essa que a faz suavizar, sim porque a caixa de lenços em sua delicadeza a contagia. O corpo antes rígido, agora é o corpo-caixa de lenços capaz de um gesto leve: Pedra levanta-se devagar e estende delicadamente um lenço que retira da caixa para a participante que chora. Acompanho a leveza que ela imprime em seu gesto junto com a caixa e o lenço que agora toca suave o rosto aos prantos. Dou-me conta que Pedra apoderou-se do trabalho a ponto de poder também ser cuidadora naquele espaço, e mais capaz também ela de deixar-se afetar pelo choro, pela bolsa, pela caixa... De fato, Pedra havia encarnado este trabalho. (Melo, 2015, p.39-40)

O problema da participação e da expertise compartilhada nas pesquisas coloca ao anonimato, ao efeito sem nome, um constrangimento. Foi preciso escolher nomes que preservasse o sigilo, como preconizado pelo comitê de ética da ocasião, mas que, ao mesmo tempo, explicitasse as condições de feitura da política de nomes. Em suma,

tornar pública essa política de nomes adotada na pesquisa foi uma forma de fazer transbordar as intensidades do campo, mantendo o compromisso da TAR com a simetria.

Por uma política de nomes COM mais expertises

A aposta em uma política de nomes alternativa se insinuou enquanto interessante estratégia política narrativa que coloca como força motriz do dispositivo de pesquisa o que há de mais singular. Seguindo as pistas da Teoria Ator-Rede, trabalhar com atores humanos implica admitir que eles nos colocam questões. Suas diferenças em termos de participação são interessantes por interrogar o processo de pesquisa, reorientando e produzindo conhecimento. Nesse sentido, a própria palavra “interesse” – inter-esses, o que está entre esses - ajuda a explicitar o modo como em ambas as pesquisas apresentadas a expertise foi redistribuída e oportunizou que o processo de pesquisa fosse conduzido pela intensidade das experiências vividas. Das *Cores e Nomes* às insignificâncias de Manoel de Barros, pretendemos explicitar as condições de afetação presentes na pesquisa e como reverberam em nós como pesquisadoras, construindo e reconstruindo as nossas próprias interrogações, nos fazendo-fazer as proposições que traduziam a expressividade do campo. Os efeitos que foram produzidos no campo para a pesquisa precisam ser tratados metodologicamente com todo o rigor, isto é, precisam passar pelos testes de torção propostos pela TAR (Latour, 2012). O que significa que as metáforas utilizadas para responder ao que aprendemos com essas singularidades não atuam apenas para resolver o anonimato, mas podem e devem redistribuir as expertises. Em outras palavras, submeter as metáforas escolhidas como política de nomes aos testes de torção significa questionar se elas próprias têm a capacidade de contagiar aos que não estavam no campo com as questões de lá, isto é, as metáforas possuem expressividade suficientemente coerente com o campo de pesquisa? Fazer os testes

de torção significa pensar o texto em sua capacidade de transbordamento, em sua capacidade de contagiar. Isso exige que os pesquisadores explicitem as condições de feitura das políticas de nome tanto para os pesquisados quanto nas próprias pesquisas. Como resolvemos o problema do anonimato, sem optar por uma fórmula genérica, mas entendendo que as singularidades expressas não podem apenas ser subtraídas, elas também devem contribuir para o processo de construção da pesquisa. Nessa direção, as políticas de nomes adotadas nas duas pesquisas compartilhadas neste trabalho foram fundamentais para fazer com que os textos de ambas pudessem transbordar as singularidades do campo. Tanto as cores, fios, texturas e tramas quanto o glossário poético foram as formas encontradas para cumprir a exigência de uma pesquisa em Teoria ator-rede, qual seja, aquela de acompanhar os atores em campo. Dito de outra forma, os atores humanos que estiveram conosco no campo de pesquisa produziram sentidos que encaminharam a pesquisa, foi mandatório que não os tratássemos somente como participantes quaisquer em nossos bancos de dados, pois, justamente, o que eles fizeram durante o processo que foi o principal. Enfrentar com coragem a questão do anonimato auxilia a redistribuir as expertises, uma vez que fazemos pesquisa com pessoas e suas singularidades nos colocam questões que precisam ser resolvidas criativamente. Por fim, apostamos que o ato de pesquisar se compõe com o mundo e com as pessoas que se propõem a pensar conosco. Narrar as experiências de pesquisa implica contar estas histórias povoadas por muitas singularidades.

Referências

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? (N. Valdati, trad.) *Outra travessia* (5), 9-16.
- Barros, M. (2013). *Poesia completa*. (2^a ed.). Rio de Janeiro: Editora Leya.

- Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução nº 466*. Recuperado de <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond-Seuil.
- Despret, V. (2011). Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal Rev. Psicol*, 23(1).
- Latour, B. (2012). *Reaggregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede* (trad. G. C. C. de Sousa). Salvador, Bauru: EDUFBA/ EDUSC.
- Latour, B. (2015). Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. *Ilha Revista de Antropologia*, 17(2), 123-146.
- Moraes, M. (2014). Do “Pesquisar COM” ou tecer e destecer fronteiras. In G. M. Tavares; M. Moraes y A. G. Bernardes (Orgs.), *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. Vitória: EDUFES.
- Melo, R.C.D. (2015) *Ensaios de uma pesquisadora forjada com insignificâncias*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. (trad. P. Siqueira). *Cadernos de Campo*, (13),155-161.
- Bredariol, T.M. (2015) *Cores e Com-posições de um Jardim de Infância Waldorf: Tecendo com a Teoria Ator-Rede*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Declaración do contributo dos autores

TB, BP e AT contribuíram com a elaboração deste artigo científico na proposição da questão, discussão teórica e revisão. RM e TB agregaram seus resultados de pesquisa alinhados com a questão proposta. AT orientou as pesquisas.

Editor de sección

El editor de sección de este artículo fue Jorge Chávez.

ORCID ID: 0000-0002-8123-6431

Formato de citación

Tsallis, A., Prata, B., Melo, R. & Bredariol, T. (2020). Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 10(1), 184-204. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v10.n1.9>
